

Inquérito Civil n. 06.2017.00006092-1

Objeto: Apurar as irregularidades apontadas pelo Auto de Infração n. 2151203018017 do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, relacionado ao estabelecimento Drogaria Dana Ltda, localizado no município de Fraiburgo/SC, o qual estaria funcionando em horário não declarado ao órgão competente, bem como sem a presença de farmacêutico devidamente habilitado e inscrito no CRF/SC.

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.
0004/2018/01PJ/FRA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça Roberta Trentini Machado Gonçalves, doravante denominada COMPROMITENTE; **ADILSON ROBERTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade n. 2.114.252/SC, inscrito no CPF/MF n. 619.714.569-34, natural de Fraiburgo/SC, nascido em 24 de fevereiro de 1967, filho de Gentil Dias de Oliveira e Dalma Terezinha de Oliveira, com endereço comercial na Rua Arnaldo Frey, 371, Centro, CEP: 89.580-000, Fraiburgo/SC, Telefone n. (49) 3246-3355, doravante denominado COMPROMISSÁRIO; e **DROGARIA DANA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 80.160.210/0001-20, sediada na Rua Arnaldo Frey, 371, Centro, CEP: 89.580-000, Fraiburgo/SC, doravante denominada EMPRESA COMPROMISSÁRIA, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, artigo 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; e artigo 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que, em obediência ao disposto no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, “*na forma da lei, a defesa do consumidor*”, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90);

CONSIDERANDO ser um direito básico do consumidor, nos moldes do

artigo 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados pelos fornecedores de produtos e/ou serviços em desacordo com as diretrizes estabelecidas legalmente;

CONSIDERANDO que toda a atividade profissional exercida por farmacêuticos, no Brasil, está sob a jurisdição do Conselho Federal de Farmácia, que regulamenta e disciplina o seu exercício, com base na Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, tendo por foco a garantia do bem-estar e da segurança da sociedade;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.021 de 8 de agosto de 2014 dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e traz em seu artigo 2º que a assistência farmacêutica é o *"conjunto de ações e de serviços que visem a assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional"*;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.021 de 8 de agosto de 2014 disciplina em seus artigos 5º e 6º, respectivamente, a obrigatoriedade da presença de farmacêutico habilitado como responsável para fins de assistência técnica (previsão igualmente contida no artigo 15 da Lei n. 5.991 de 17 de dezembro de 1973 e no artigo 3º da RDC n. 44/2009), bem como a necessidade de autorização e de licenciamento da Autoridade competente para o funcionamento das farmácias;

CONSIDERANDO que somente aos membros inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia será permitido o exercício de atividades profissionais farmacêuticas no País, de acordo com o artigo 13 da Lei n. 3.820/60;

CONSIDERANDO que o artigo 24 da Lei referida acima determina que as empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar, perante os Conselhos Federal e Regional que essas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados;

CONSIDERANDO que o artigo 15, *caput*, da Lei n. 5.991/73 e o artigo 5º da Lei n. 13.021/2014, determinam que a farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, exigência que poderá, conforme § 2º do artigo 15 da Lei n. 5.991/73, ser suprida por técnico responsável substituto em casos de impedimento ou ausência do titular;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 15 da Lei supracitada determina que a presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive para efeito de proteção à saúde do consumidor;

CONSIDERANDO que o artigo 17 da referida Lei prevê que somente será permitido o funcionamento de farmácia e drogaria sem a assistência do técnico responsável, ou do seu substituto, pelo prazo de até trinta dias, período em que não serão aviadas fórmulas magistrais ou oficiais, nem vendidos medicamentos sujeitos a regime especial de controle;

CONSIDERANDO que o 6º, inciso I, da Lei n. 13.021/2014 estabelece que *"Para o funcionamento das farmácias de qualquer natureza, exigem-se a autorização e o licenciamento da autoridade competente, além das seguintes condições: I - ter a presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento"*;

CONSIDERANDO que a Lei n. 5.991 de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, disciplina questões relativas ao comércio farmacêutico, ao licenciamento, aos receituários e à fiscalização;

CONSIDERANDO que toda pessoa tem o direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a seus dependentes, devendo, para tanto, cumprir, cuidadosamente, as instruções, normas ordens, avisos e medidas, prescritos por profissional em ciência da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de saúde de que se utilize, conforme contido no artigo 3º da Lei Estadual n. 6.360 de 23 de setembro de 1976 (que dispõe sobre normas gerais de saúde);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) estabelece como direitos básicos do consumidor a proteção, saúde e segurança contra riscos decorrentes do consumo de produtos ou serviços perigosos e nocivos e o direito à informação clara sobre cada um deles, sejam produtos ou serviços;

CONSIDERANDO que o Capítulo V da RDC n. 44/2009 regulamenta questões atinentes à aquisição e recebimento de produtos (artigos 30 a 34); às condições de armazenamento dos produtos (artigos 35 a 39), ao direito de informação e orientação atrelado à atividade de dispensação de produtos – tais como obrigatoriedade de receita para medicamentos controlados, avaliação das receitas pelo farmacêutico responsável e fracionamento de medicamentos da dispensação – (artigos 42 a 51), bem como à

elaboração de Manual de Boas Práticas pelo Estabelecimento (artigos 85 a 89);

CONSIDERANDO a constatação de irregularidades da EMPRESA COMPROMISSÁRIA "**Drogaria Dana Ltda.**", noticiadas ao Ministério Público por meio do Ofício n. 160/2017–SMO, proveniente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que as referidas irregularidades, contidas no Ofício n. 160/2017, proveniente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina – CRF/SC, consistem em: **1)** funcionamento do estabelecimento farmacêutico sem a presença de responsável técnico registrado; e **2)** funcionamento do estabelecimento farmacêutico em horário não declarado;

CONSIDERANDO que tais fatos constituem infração ao artigo 5º da Lei n. 13.021/2014, ao artigo 15 da Lei n. 5.991/1973 e ao artigo 3º da RDC n. 44/2009;

CONSIDERANDO que a "**Drogaria Dana Ltda.**", estava em operação no momento das constatações feitas pelo fiscal do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina – CRF/SC;

CONSIDERANDO que o não atendimento pela EMPRESA COMPROMISSÁRIA às exigências contidas na legislação e nas resoluções pertinentes ao caso expõe diretamente a saúde da população a risco;

CONSIDERANDO que a COMPROMISSÁRIA e a EMPRESA COMPROMISSÁRIA demonstraram disposição em sanar as irregularidades constatadas na atividade econômica por eles exploradas e oferecer produtos em consonância com as normas pertinentes;

RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC** –, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O COMPROMISSÁRIO compromete-se em fazer funcionar seu

estabelecimento de acordo com as normas legais e respeitando os horários declarados ao Conselho Regional de Farmácia deste Estado.

II. O COMPROMISSÁRIO **compromete-se** em manter a presença do farmacêutico responsável declarado durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

III. O COMPROMISSÁRIO **compromete-se** em não aviar fórmulas magistrais ou oficiais nem vender medicamentos sujeitos a regime especial no caso excepcional de permanecer sem técnico responsável.

III.1) Esta situação excepcional será admitida pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, em caso de falta de profissionais habilitados, sendo obrigação do COMPROMISSÁRIO comunicar o CRF/SC acerca do início e do fim deste período excepcional.

IV. O COMPROMISSÁRIO **compromete-se**, em caso de demissão ou desligamento do(a) farmacêutico(a) responsável, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a promover a substituição por outro(a) farmacêutico(a) regularmente habilitado(a), ficando ciente de que deverá cumprir a obrigação descrita na cláusula segunda durante este período.

V. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fazer consistente em manter-se sempre adequado à normas do Conselho Regional de Farmácia;

VI. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fazer consistente em não desautorizar ou desconsiderar as orientações técnicas emitidas pelo(a) farmacêutico(a) responsável pelo estabelecimento;

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O COMPROMISSÁRIO, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, **compromete-se** a pagar a quantia de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, parcelado em três vezes, mediante o pagamento de boleto bancário a ser retirado nesta Promotoria de Justiça, com vencimento em 30, 60 e 90 dias após a emissão dos boletos;

II. Para a comprovação desta obrigação, o COMPROMISSÁRIO **compromete-se** a encaminhar à Promotoria de Justiça cópia da Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), em até 15 (quinze) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

I. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito à multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) diante do descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nas Cláusula Primeira deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011.

II. Para a comprovação do avençado na cláusula primeira, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado por agente fiscalizador do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina e das Vigilâncias Sanitárias Regional da Gerência de Saúde de Videira/SC e Municipal de Fraiburgo/SC, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos, ficando ciente o COMPROMISSÁRIO de que poderá ser realizada a qualquer momento, sem aviso prévio, visita de inspeção, tanto em virtude da execução de eventual programa de fiscalização quanto em razão de requisição formalizada pelo Ministério Público;

III. Ocorrendo reiteração no descumprimento das obrigações ora assumidas, a EMPRESA COMPROMISSÁRIA será interditada em suas atividades, devendo permanecer interditada – sem exercer quaisquer de suas atividades – até que seja sanada a irregularidade e até o pagamento integral da multa respectiva.

IV. Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

V. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

VI. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I. O MINISTÉRIO PÚBLICO **compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

I. As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, artigo 784, IV e XII, do Código de Processo Civil e artigo 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o artigo 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Fraiburgo, <<Data ao finalizar>>.

Roberta Trentini Machado Gonçalves
Promotora de Justiça

Adilson Roberto de Oliveira
Proprietário Da Empresa

Júlio César Legnani
Advogado (OAB n. 39.990/SC)

TESTEMUNHAS:

Rodrigo de Paula Bueno
Assistente de Promotoria de Justiça
Mat. 658.898-0

Bruna Carolina Pohl
Assistente de Promotoria de Justiça
Mat. 658.969-3

